

Conversão da dívida: nada a temer.

Vice-presidente do Citibank acha que o País já possui mercado de capitais desenvolvido e que as salvaguardas existentes são suficientes

O Brasil não deve autolimitar-se mas sim definir de que forma chegará a transformar-se numa grande potência até o início do próximo século. A sugestão é do vice-presidente do Citibank, Antônio M. Boralli, que responde pela área de investimentos e negócios.

Boralli destaca o fato de que o País já dispõe de um mercado de capitais desenvolvido, e essa é a razão principal para que não deva temer um processo de conversão de dívida em capital de risco que contemple as aplicações em Bolsas de Valores. As regras, observa, já são conhecidas e obrigam tanto à aplicação indireta, via fundos, quanto limitam a participação desses investidores no capital das empresas abertas. O vice-presidente do Citibank entende que com as salvaguardas existentes, portanto, não seria necessária a preocupação apresentada por economistas brasileiros como Edmar Bacha, ex-presidente da Fundação IBGE, e Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O vice-presidente do Citibank observa que o argumento contrário à conversão para aplicação nas Bolsas brasileiras é o de que, com o mercado deprimido e os preços das ações aviltados, autorizar as aplicações seria o mesmo que entregar ativos de mão beijada.

Os argumentos pró-conversão que relaciona, entretanto, são os seguintes:

1) o mercado de capitais brasileiro "é mais inteligente do que isso, responde rapidamente" — o que "era barato, deixa de ser se os valores a aplicar forem substanciais";

2) o volume diário de operações nas Bolsas do Rio e São Paulo é da ordem de US\$ 40 a US\$ 50 milhões; "é utopia pensar que em 24 horas vai-se ter grandes somas

de recursos estrangeiros na Bolsa, portanto o que poderia vir, US\$ 200 a US\$ 300 milhões em um ano, é irrelevante perto do volume diário atual"; e

3) "o governo beneficia-se porque pode, via crescimento do mercado secundário, favorecer o mercado primário e assim a capitalização das empresas", recordando-se o interesse despertado em 1986 com os novos lançamentos.

Investimentos diretos

A conversão não deveria ser permitida somente para investimentos em fábricas novas ou em setores que o governo considere importantes? Boralli acredita que, indiretamente, o resultado que se pode conseguir é o mesmo. "Quem vender as suas ações fica com capacidade de realizar os investimentos. E um mercado mais líquido favorece o mercado primário."

Um dos temores do vice-presidente do Citibank diz respeito à operacionalização de um processo de conversão "com dinheiro carimbado", ou seja, permitido só para determinados investimentos. "No caso da aquisição de operações, o processo seria quase impraticável. Um banco credor teria que comunicar-se previamente com o Banco Central, que utilizaria parcela do seu crédito para subscrição de determinado título. Mas o investidor no mercado de capitais exige agilidade."

Curto prazo

Boralli afirma que, para o Citibank, é mais fácil fazer um programa de 10 anos do que saber como irá operar amanhã. "Ou tentar adiantar suas ações para os próximos 30 dias." É muito difícil administrar o curto prazo, admite, reiterando porém a expectativa de que o País continue com "enorme força no mercado internacional". (F.P.J.)